

O PAPEL DO *ESPELHO DE PRÍNCIPES* NA EDUCAÇÃO DOS SOBERANOS PORTUGUESES. O CASO DO REI DOM SEBASTIÃO DE AVIS

Rosuel LIMA-PEREIRA

Universidade da Guiana – França ultramarina

INTRODUÇÃO

Se existe um objeto banal no mundo contemporâneo, este objeto é o espelho. E, portanto. Simbolicamente, ele atravessa as civilizações tanto do Ocidente como do Oriente. Sua história confunde-se com a história da criação do mundo, versão veterotestamentária: “*E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança*”, (...). “*E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou*” (Gên., I, 26-27). Confunde-se com a história mitológica de Narciso que se apaixona pelo próprio reflexo, como conta o poeta latino Ovídio (43 a.C – 18 d.C.), no Livro III de *Metamorfoses*. Mescla-se ainda com a história das Artes decorativas e simbolicamente com a história da Humanidade e suas grandes invenções artísticas. Da invenção do espelho nascem, simbolicamente, a vidraçaria, a iluminura, os afrescos, os retábulos na Idade Média; a fotografia e o cinema no século XIX; a televisão e a internet no século XX.

Pode-se dizer que o espelho é a representação material e real das imagens do pensamento humano. Para o psicanalista francês Jacques Lacan (1901-1981), na sua metáfora do “Estádio do espelho como formação do Eu”, sujeito do inconsciente, o espelho serve como meio para a criança de seis meses, reconhecer sua imagem refletida. O bebê, pouco consciente de si, já se reconhece no espelho. Jacques Lacan refere-se assim a um eu anterior à linguagem, um eu ainda não simbolizado, mas que já está captado em uma imagem. Mas que imagem é essa? Do ponto de vista ontológico, esta imagem pode ser talvez a do homem, feita por Deus, segundo a tradição judeu-cristã. Esse reflexo divino racha-se, portanto, tal um espelho, quando Adão e Eva pecam. De toda maneira e conforme a teoria lacaniana, a imagem articula-se em três registros: real, simbólico e imaginário.

O *dicionário Gaffiot*, de latim-francês, escrito por Félix Gaffiot (1870-1937), na sua publicação em 1934, diz que a palavra “espelho” significa “speculum”, traduzido em francês por “*miroir*”, “mirar” em português. Quanto a palavra “espetáculo” e “espectador”, ambas significam “spectaculum”, ou seja, “olhar alguma coisa como em um espelho”. Enfim, a palavra “imagem”, “imago”, significa “representação, imitação, retrato, cópia”. O “espelho” é no sistema conceptual da Idade média marcado pelo pensamento platônico onde a visão é um modo de acesso ao conhecimento. Segundo esse pensamento é pela visão que o homem tem contato com o Belo. Sendo assim, o espelho

reveste-se de uma grande carga simbólica. Ele se torna um “*topos*” muito comum na Idade Média e refere-se à certas variações temáticas. Nesse sentido, o espelho pode ser também uma referência à metáfora da Bíblia, da hagiografia; ele é um reflexo da Revelação divina, por conseguinte, o homem é o espelho do Criador, do ponto de vista da teologia cristã.

O “Espelho de príncipes” é um gênero literário extensivo e que como indica o nome, trata-se de espelhos que refletem a imagem, a descrição do soberano perfeito. Neles, é descrito o príncipe ideal, o comportamento que ele deve ter, seu papel e sua ação no mundo. A literatura especular, assim classificada, existe desde a Antiguidade e com o evento da Cristandade a partir do século VIII, esses tratados são escritos por conselheiros ou teólogos. A constituição dos discursos sejam eles jurídicos, eclesiásticos, pontifícios ou régios abordam a política de um modo geral. O discurso régio dos *Espectula principis* é, todavia, composto por conselhos e preceitos morais destinados ao soberano para que este possa reinar de acordo com a vontade de Deus. Este discurso régio permite assim ao soberano uma auto-representação do seu papel e uma legitimação perante a nobreza, o clero e o povo. Uma das obras mais antigas desta tradição literária é o *Speculum regale*, Espelho real, obra norueguesa escrita nos idos de 1260.

Segundo o professor civilizacionista Einar Mar Jonsson, especialista da Escandinávia, antes do fim do século XIII não há traços da “metáfora do espelho” aplicado a um manual de ética política destinada a um soberano. Segundo ele, as obras classificadas hoje como “Espelho de príncipes” nunca trazem no seu título o substantivo “speculum”. Todavia, as que trazem este título são seguidos do adjetivo qualificativo “virginum”, “das virgens”, “caritatis”, “da caridade”, “Eclésia”, “da Igreja”, por exemplo. Em suma, as obras dos séculos XII e XIII que têm em seu título a palavra “espelho” são destinadas a religiosos visto que esta metáfora não é destinada ainda a outras classes, fossem elas as dos nobres e a dos monarcas. Pode-se afirmar então que existe uma literatura referente às ações, à formação dos soberanos, mas sem nenhuma relação à elevação espiritual e moral dos destinatários. Como foi dito, a palavra “espelho” não é explicitamente dita, exceto no espaço ibérico. Como exemplo, eis alguns títulos:

- *Liber de rectoribus christianis*, “O livro da conduta do cristão”, do monge irlandês Sedulius Scotus, escrito mais ou menos em 855;
- *De regis persona et regio ministerio*, “Da pessoa real e do ministério régio” de Hincmar de Reims, composto nos idos de 873;
- *De bono regimine principum*, “Do bom reinado de um Príncipe”, do monge cisterciense Hélinard de Froidmont, escrito mais ou menos em 1200;
- *Liber de regimine civitatum*, “O livro do governo civil” de Jean de Viterbe, composto nos idos de 1228.

Após essas rápidas considerações, pode-se constatar que a literatura especular permite de uma certa maneira que se possa seguir a evolução da questão política e de sua execução sem necessariamente recorrer ao corpus da Teologia política e do Direito. Em torno do ato régio de governar e com o aparecimento do Estado moderno, vários discursos normativos e políticos desenvolvem-se, sobretudo, nos séculos XVI e XVII. A codificação do perfeito monarca se expressa, no que a historiadora portuguesa Ana Isabel Buescu (1957-) chama de “pedagogia especular”. Esta maneira de educar encontra-se em Portugal numa literatura dedicada aos príncipes de Avis e entre eles, o último herdeiro direto desta Casa, o rei Dom Sebastião (1554-1578).

Em torno da pedagogia e do ato de educar no Ocidente cristão, no passado e no presente, nosso estudo baseia-se em torno de três temáticas e questionamentos:

- “Speculum”, O “espelho”, gênero literário e instrumento filosófico-teológico. Um objetivo normativo alcançado pelos religiosos?
- A formação educacional dos soberanos portugueses da casa de Avis. Uma codificação do discurso erudito no uso do Ofício monárquico?
- A representação e a imagem do ato de educar presentes na literatura especular. Um agente propagador de normas de conduta, um tema da atualidade?

I - O “Speculum”, o “espelho”, gênero literário e instrumento filosófico-teológico. Um objetivo normativo alcançado pelos religiosos?

O espelho pertence ao vocabulário religioso do Medievo, rico em simbólicas bíblicas, neoplatônicas e tradições dos Pais da Igreja, gregos e latinos. O uso utilitário do objeto “espelho” é, de certo modo, ignorado pelos textos patrísticos, sendo ele logo percebido como uma visão idealizada ou uma projeção pejorativa, reflexo de Deus ou instrumento do Diabo (GARNIER, 1989, cap. III). O espelho transforma-se em um instrumento onde a forma da matéria é modelo da semelhança, testemunho de uma realidade imaterial. O espelho é para a espiritualidade medieval meio e grau de conhecimento, da especulação da visão perfeita, *Dei visio beatifica*, segundo a doutrina paulina que consiste em ver Deus. Paulo de Tarso explica que o conhecimento humano de Deus é parecido a uma imagem obscura refletida em um espelho, “*porque agora vemos como por espelho, em enigma, mas então veremos face a face*” (I Carta aos Coríntios, XIII, 12).

A literatura espiritual no período medieval vai buscar sua riqueza semântica da imagem especular na obra de Santo Agostinho de Hipona (354-430). Segundo ele, o homem participa à semelhança divina a condição que o espírito humano não se entregue a ilusão da imagem no espelho, falsidade do mundo material (*Solilóquio*, II, 6). Santo Augustinho completa: o homem é capaz de receber a

luz de Deus e de refletir sua beleza (*De trinitate*, XV, 20-39). Ao mesmo tempo, para ele, o verdadeiro espelho onde o homem deve espelhar-se é o das Santas Escrituras. O homem que se vê no espelho da Bíblia vê ao mesmo tempo o esplendor de Deus e sua própria miséria (*Ennaratio in Ps.* CIII). Santo Agostinho traça assim o retrato do príncipe cristão e resume seus deveres. A noção de Príncipe cristão desenvolve-se pouco a pouco nos escritos dos teólogos a condição que esses homens escolhidos por Deus para governar não recusem de ver e de imitar o divino e procurem a contemplação de si mesmos.

A simbólica do espelho na época medieval oferece ao homem um modelo para que ele possa ajustar sua conduta. O espelho mostra ao homem ao mesmo tempo o que ele é e o que ele deveria ser. A partir do pensamento agostiniano, a simbólica espiritual do espelho excede três motivos: o tema da analogia, o princípio de imitação, a procura de um alinhamento moral através do conhecimento. Na linha dos neoplatônicos e da gnose cristã, os pré-escolásticos como Guillaume de Saint-Thierry (1085-1148), Alain de L'isle (1116-1202) e Richard de Saint-Victor (1110-1173), vão utilizar a analogia do espelho para expressarem a semelhança da alma a Deus, reflexo que emana de Deus e volta a ele: “*Como a alma poderia perceber sua própria beleza e não se deixar conquistar pelo esplendor daquele (Deus) que ela reflete dentro de ela mesma?*” questiona Guillaume de Saint-Thierry (*Homilie II, Cânticos dos cânticos*). Graças à elevação espiritual progressiva, o homem pode passar do estado animal ao estado da razão e do estado da razão ao estado espiritual. Guillaume de Saint-Thierry recomenda a alma de se mirar: “*Seja assim presente inteiramente a ti. Emprega-te totalmente a conhecer-te, a ti e Aquele de quem és a imagem*”. Quando o homem renuncia o autoconhecimento, ele deserta, ele recusa de ver o divino em si, quebrando assim a cadeia de reflexos vinda do Criador.

A simbólica do espelho na época renascentista acompanha as alegorias da Sabedoria, da Prudência e da Verdade, segundo a codificação do erudito italiano Cesar Ripa (1555-1622). Segundo ele, um dos cinco sentidos, a visão, órgão que permite a percepção exata da realidade material do mundo, é representada igualmente com um espelho. O espelho torna-se Renascimento símbolo de Inteligência. Na Itália e na Espanha, a Filosofia é representada com um espelho, uma alusão feita a Sócrates. O reflexo do espelho designa o processo mental da Reflexão. Os apologistas da Idade Moderna dão assim ao espelho um papel de Educador e de Artesão da Beleza. O humanista italiano, Francesco Filelfo (1398-1481), consagra um capítulo de sua obra a educação e ao uso do espelho, dos enfeites e da elegância, do olhar sobre si mesmo, relevando a importância de se precaver contra toda a “lascívia”. Francesco Filelfo não é contra a utilização do espelho desde que ele não afaste o homem da modéstia e da simplicidade do olhar. Uma certa condenação da aparência e da imagem desaparece, mesmo que, se é da visão que resulta a maioria dos pecados e o primeiro entre eles, o

Orgulho e a Arrogância. O espelho serve assim de atributo ao homem, tornando-se o emblema do poder da visão, de quem ele faz crescer os efeitos perversos.

O simbolismo catóptrico, o espelho como objeto material e *topoi* filosófico-teológico, isto é, imagem, reflexo do Criador torna-se a partir do século XII “livro-espelho”. Duas obras utilizam o termo de “espelho” “speculum” acompanhadas de partitivos qualificativos: *Speculum virginum*, autor anônimo e *Speculum ecclesiae* de Honoré d’Autun (1080-1151). A partir de então, o simbolismo catóptrico será enriquecido por outras obras intituladas “speculum”, “spiegel” “miroir”. Einar Mar Jonsson utiliza esse fio condutor em seu estudo, *Le sens et le titre speculum au XIIe et XIIIe siècles et son utilisation par Vincent de Beauvais*, e seus equivalentes em alemão e francês para tentar saber em que medida esses livros intitulados “speculum” formam um gênero literário.

O objetivo normativo desses textos é de mostrar que o espelho simboliza um instrumento de conhecimento que o homem terrestre e temporal tem a sua disposição para entrar em contacto com as realidades espirituais. Olhando-se nele, o homem pode ao mesmo tempo aprender a conhecer-se a si mesmo e, por conseguinte, obter uma visão indireta do Criador. Para os teólogos medievistas, essas duas funções estão reunidas em uma só. Segundo eles, Deus deu ao homem e a criação sua própria forma, permitindo que ela reflita as realidades divinas. Por esta razão, o melhor instrumento da visão especular é a alma ela mesma, o espelho da alma, no qual o homem vê por introspecção a imagem de Deus, ou precisamente como disse Santo Agostinho, a imagem da Trindade. É esta imagem trinitária que o príncipe e a realeza devem mirar. O *Speculum principis* constitui assim uma vasta literatura de caráter político, moral e pedagógico necessárias ao Ofício de rei. *Speculum principis* vai fixar a imagem do perfeito governante, exemplo de virtudes morais e de bom governo. É o que pretendemos ver agora nessa segunda parte quando abordaremos a formação e a educação dos herdeiros da casa de Avis, e em especial, o rei Dom Sebastião de Portugal.

II - A formação educacional dos soberanos portugueses da casa de Avis. Uma codificação do discurso erudito no uso do Ofício monárquico?

Antes mesmo que o discurso sobre o “Espelho de príncipes” seja codificado, codifica-se a imagem ideal do governante. Essa imagem é construída a partir da concepção organicista da sociedade, da qual o rei é a cabeça, ou seja, o protagonista. Assim, um monarca virtuoso torna um Estado virtuoso. Por conseguinte, as virtudes do Príncipe tomam uma dimensão política e ideológica. Pode-se afirmar que o discurso sobre as virtudes que um Príncipe deve ter tornam-se, sobretudo, uma propaganda da instituição monárquica. Para o historiador francês Roger Chartier (1945-), a legitimação do poder do Príncipe passa pela construção e aplicação de três estratégias distintas,

porém convergentes: a Ordem do discurso; a Ordem dos sinais; a Ordem das cerimônias. A Ordem que nos interessa aqui é a Ordem do discurso.

A Ordem do discurso serve como suporte ideológico da monarquia, mas também como estabelecimento dos limites do poder. Nesse sentido, a literatura especular codifica e sistematiza a imagem e a representação do perfeito monarca. Esta codificação obedece, por conseguinte, uma estrutura normativa que representa e estabelece o retrato do perfeito soberano. A codificação descrita na literatura especular privilegia a exemplaridade, práticas de comportamento consideradas idealmente virtuosas o que leva o confronto “modelo/prática”. Em outros termos, a literatura especular pretende representar e descrever a imagem do perfeito monarca para além dos reis concretos. Essa imagem ideal, configuração de um modelo tem como protótipo o modelo bíblico, o modelo aristotélico-medieval.

Em Portugal, segundo a historiadora Ana Isabel Buescu, fora o caso singular do *Speculum regum* (1341-1344) do bispo Álvaro Paes (1330-1390), obra dedicada a Dom Afonso XI (1311-1350), apenas no século XV, “na corte dos príncipes de Avis que se encontra a presença assinalável de uma literatura pedagógica relativa à imagem do príncipe e ao ofício régio”. Segundo ela, a presença tardia de uma literatura especular em Portugal explica-se pela implantação recente da dinastia Borgonha em 1139. Em 1496 aparece a obra *De republica gubernanda per regem*, de Diogo Lopes Rebelo (14..-1498), publicada seguramente durante a subida ao trono de Dom Manuel (1469-1521). No reinado de Dom João III (1502-1557), observa-se um aparecimento significativo deste tipo de literatura de cunho político e ideológico colocando em evidência o papel do Príncipe e da monarquia.

O desenvolvimento do gênero especular em Portugal tem seu ápice durante a dinastia de Avis. Nesse período, há grande solicitação e custeio de cópias e traduções de obras sobre “Espelho de príncipes” estrangeiros, como houve uma grande criação desse tipo de obra literária em solo português. O pensador político humanista português Jerônimo Osório (1506-1580), é fortemente influenciado pelo modelo platônico no que diz respeito a importância da educação na formação do governante e as virtudes necessárias ao Príncipe, semelhante às competências do Rei-filósofo. Eis o que ele diz na obra *De regis institutuione et disciplina*, publicada em 1572:

“Portanto, se havemos mister de um guarda, de um defensor são e valente, sagaz para nos defender dos males e magnânimo para conjurar perigos, haverá coisa que convenha menos como adoptar uma educação que traz ao corpo as mais variadas doenças, que entorpece o espírito, e - o que é muito mais grave ainda - que deforma o Príncipe ignominiosamente?” (OSÓRIO, 1944, p. 279-280)

É importante observar que para Platão (428 a.C.-347 a.C.), os mesmos elementos que se encontram no espaço urbano encontram-se no homem, em sua alma. Assim, governante e cidade são um só.

Assim, Jerônimo Osório é influenciado pelos mesmos pressupostos, já que os vícios comportamentais do Rei fazem mal ao reino. Ambos, Platão e em seguida Jerônimo Osório, colocam o governante no centro do sistema político. Decorre daí a necessidade de um sistema educacional formativo do governante, onde uma educação completa, em várias ordens de conhecimento, é imprescindível ao exercício virtuoso do Ofício de rei. Breve, Jerônimo Osório partindo de um referencial platônico defende um Rei culto, versado nas Letras e nas Artes. A filosofia assume assim um papel central no conjunto das disciplinas reais. Dentro dessa proposta pedagógica, os aduladores têm um papel importante, seja porque não estão preocupados com a verdadeira educação, já que para eles a verdade se encontra nas aparências, no mundo da opinião e dos sentidos; seja porque dão uma má formação ao Rei, fazendo com que este aja segundo as paixões. Nesse sentido aparece o oposto do Rei-filosofo, o Rei-tirano.

O objetivo educativo do espanhol Francisco de Monzon (1500-1575), está relacionado à figura e à produção doutrinária de suas atividades de professor de teologia na Universidade de Lisboa e de Coimbra. Vindo para Portugal a pedido do rei Dom João III, ele é o autor do *Libro primero del Espejo del principe christiano*, publicado em Lisboa em 1544. Pregador régio, é notória sua influência na corte de Dom João III, junto de Dona Catarina da Áustria (1507-1578) e do cardeal Dom Henrique (1512-1580). À sua atividade letiva, Francisco de Monzon inicia uma ação educativa e pastoral que se pode dividir em dois grandes vetores. De um lado tem-se obras “educativas” na linha dos tratados de educação de Príncipes e Senhores; de outro lado tem-se obras de caráter pastoral, como a obra *Norte de confesores*, editada em 1546, em Lisboa e que tem muito a ver com a sua função de capelão e pregador da corte.

O *libro primero del Espejo del principe christiano* é dividido em Três importantes prólogos:

- Um prólogo-dedicatória a Dom João III;
- Um prologo aos leitores onde o autor declara sua intenção e maneira de como pretende utilizar sua escrita;
- Um prólogo onde o autor declara a matéria e o título das partes do seu livro.

Nesses prólogos Francisco de Monzon se refere várias vezes aos “estos libros”, “estos espejos” que dedicava ao rei. Nos seus escritos, Francisco de Manzon não se limita a dar conselhos para a educação infantil e juvenil do jovem Príncipe, da formação religiosa, moral e política do “perfecto rey”; ele se debruça sobre a função governativa, política e “cortesã” do rei e sobre os vários “estados” da sociedade. Francisco de Monzon escreve também um *Espejo de la princesa christiana* (1543), obra dedicada a educação e o comportamento feminino. Este livro que nunca foi publicado e tendo o paradeiro desconhecido até 1972, quando o historiador português Alvaro Terreiro o localizou no Arquivo nacional da Torre do Tombo é dedicado a rainha, avô de Dom Sebastião,

Dona Catarina da Áustria, mas visando a educação da infanta Dona Maria (1527-1545). No prólogo, ele diz o seguinte: “... confessando a obrigação que tenho de servi-los e oferecê-los este pobre dom do espelho da princesa cristã. Não para que Vossa alteza se veja nele (...), senão para que a sereníssima Infanta, vossa filha e Senhora nossa aprenda como lição parte de vossas reais virtudes ...” (GAGLIARDI, 2017, p.117).

Quando se torna capelão e pregador do rei Dom Sebastião, Francisco de Mazon volta a editar em 1571, revendo e emendando “com nova composição” o *Libro primero del Espejo del principe christiano*. Desta vez, seu livro é dedicado a Dom Sebastião. No seu Prólogo-dedicatória ao rei português, o autor insiste nas diferenças resultantes do seu novo texto. Essas diferenças estão ligadas a nova contextualização histórico-cultural, mas seu modo próprio de encarar a educação do Príncipe cristão depois que releu os autores do gênero especular. Na primeira versão dedicada a Dom João III havia 59 capítulos; na segunda versão dedicada a Dom Sebastião há 91 capítulos. Enumero alguns deles aqui:

- Dos cuidados e da competência do mestre e do aio;
- Das qualidades morais da ama;
- De como evitar a ociosidade do Príncipe;
- Da devoção do Príncipe;
- Do seu temor a Deus e reverências às coisas sagradas;
- Do aprendizado desde pequeno de alguns “mistérios” de nossa Fé católica;
- De algumas devotas orações que se reza continuamente e sem superstição;
- Da obediência aos mestres;
- Da afeição do Príncipe às artes liberais e às letras em geral.

Francisco de Monzon tinha o projeto de editar uma obra sobre o “perfeito cortesão”, *Del perfecto cortesano*, o que deixa a pensar em um “espelho” de perfeição para o cortesão.

Vimos que a Idade Média cristã estabelece os parâmetros ético-religiosos em que a figura do “príncipe” se constrói. São inúmeros os tratados que se escreveram para a educação dos Príncipes ou para a orientação de rei ou de personalidades encarregadas de funções governativas. Esses primeiros manuais de reflexão moral e de formação de leigos são elaborados e orientados no sentido do enaltecimento das virtudes cardeais, entre elas a Justiça, como a primeira entre todas, e do encorajamento do vigor militar e guerreiro. O ideal cavaleiresco perdura nesses tratados sendo ele a expressão acabada do seu código de virtudes. Os “*Specula principum*” medievais transformam-se em tratados de educação dos Príncipes. Assim, a partir do Século XV, a orientação ético-política e militar do governante, dá lugar a um programa intelectual favorecido pelo exercício e a cultura física, elemento necessário ao crescimento e à saúde do corpo e do espírito. Em suma, esses tratados

renascentistas privilegiam a componente pedagógica que refletem uma continuidade de pensamento. Verifica-se essa afirmação através das edições das obras de autores gregos, latinos, de panegiristas do período imperial e cristão, de autores medievais na língua original ou em tradução. Se educar na literatura especular é rica na ideia de propagar normas de conduta, veremos agora que a representação e a imagem que se faz o discípulo de sua ação e realidade pode escapar ao que se é ensinado e desejado. O Caso da educação do rei Dom Sebastião.

III - A representação e a imagem do ato de educar presentes na literatura especular. Um agente propagador de normas de conduta, um tema da atualidade?

O Curto reinado do rei Dom Sebastião (1554-1578), a partir de sua maioridade foi de apenas 12 anos. Politicamente seu reinado é envolvido por duas questões significativas, que acompanhavam a política da casa de Avis. A primeira questão se refere as tentativas de dominação do Marrocos e a união dos reinos ibéricos mediante a política de casamentos. A outra questão está relacionada com o problema religioso e suas duas vertentes: a primeira vertente é a questão dos Judeus, agravada com a expulsão espanhola de 1492, e tem como consequência o estabelecimento da santa Inquisição em Portugal, em maio de 1536, a pedido do rei Dom João III. A segunda vertente é a ameaça moura, em especial para os reinos cristãos da Península ibérica. Dom Sebastião ocupa a maior parte do seu reinado em tentar reconquistar o norte da África. Para ele, essa questão é um ponto de honra, para não dizer, uma obsessão. Os súditos dividem-se em relação a esse projeto. A elite, especialmente a nobreza, acostumada aos saques resultantes desse tipo de invasão é favorável ao restabelecimento do controle do Marrocos.

Durante o período regencial exercido pela avó, Dona Catarina, ou pelo o tio-avô, o Cardeal infante Dom Henrique, Dom Sebastião recebe inúmeras manifestações de apreço e interesse da parte dos portugueses. Todo o reino é ansioso para que ele crença justo e reine com autoridade, como se deve esperar de um salvador. Cartas são escritas dando conselhos para sua educação, autores dedicam obras, padres procuram guiar sua formação moral. A quantidade de pessoas envolvidas na educação do rei pode ter contribuído para que ele incorpore a missão de salvador que todo reino nele deposita. O comerciante André Rodrigues de Évora (1510-1575), não é um letrado, mas por algum motivo sente-se responsável por dar conselhos para a educação do rei. Esse motivo poderia ser a grande esperança que todos depositam na nova era que parece estar iniciando-se. As referências e os autores mencionados indicam que o texto foi provavelmente encomendado a um humanista.

Outro ponto indiscutível a respeito da formação da personalidade do rei Dom Sebastião é a sua educação. Os historiadores são unânimes quando tratam dessa questão. Órfão de pai, o rei Dom

Sebastião perde a companhia da mãe nos primeiros meses de vida, pois Dona Joana é levada de volta à Espanha pelo irmão Felipe II, por motivos políticos. Em 1557 torna-se regente e responsável pela monarquia a avó, Dona Catarina, com quem Dom Sebastião tem muitos desentendimentos mesmo ainda na infância. Contudo, é a própria rainha-avó quem aproxima o infante dos Jesuítas responsabilizando-os pela formação e pelo ensino do jovem príncipe. A educação dada pelos padres da companhia de Jesus torna-se questão polêmica entre os cronistas e estudiosos da vida de Dom Sebastião. A partir do século XVIII, essa ordem religiosa passa a ser responsabilizada por muitos dos fracassos do reino, em função do poder que acaba adquirindo à revelia da Coroa. Muitos historiadores concordam em dizer que o preconceito contra os Jesuítas em Portugal pode ter contribuído para a construção de uma memória do rei Dom Sebastião, que atribui à educação religiosa que recebeu desses padres a culpa da misoginia e de sua obstinação pela invasão do norte da África em nome da fé católica.

A educação jesuítica vinha seguramente ao encontro do desejo de se criar um futuro monarca voltado para as questões da religião e do resgate das glórias passadas, entre elas possivelmente a da Guerra Santa. O historiador português Antônio Machado Pires (1942-) explica esse período nesses termos:

Quiseram dar ao rei uma educação portuguesa, sentia-se a necessidade de intensificar o sentimento nacional numa época com sintomas de decadência, por isso mesmo uma época em que se levantaram mais altas as vozes de exaltação do passado. Era, como se pensava, uma hora que reclamava patriotismo: intrigas palacianas, corrupção, lutas coloniais, sintomas vários de decadência. O programa do jesuíta Dom Luís da Câmara baseava-se no sentimento nacional, na exaltação do passado e no estímulo aos grandes feitos” (MACHADO PIRES, 1969, p. 52).

Enfim, a natureza exaltada de Dom Sebastião, o entusiasmo que mostra perante as empresas bélicas que lhe são narradas principalmente as dos seus antepassados em África, fazem crescer no seu íntimo o desejo de imitá-los, através de odisséias que gerassem glória. Ele os queria exceder inclusive com maior grandeza. Pode-se remarcar aqui a influência do seu antigo aio, Dom Aleixo de Menezes, que tinha começado muito novo uma carreira em África. Quando Dom Sebastião completa 14 anos, em 1568, e recebe os Selos do Estado na cerimônia de sua maioridade. Sobre o celibato e a castidade do rei Dom Sebastião, historiadores e biógrafos procuraram todo tipo de razões para justificar a sua presença na jornada africana pondo em perigo a sua vida sem ter deixado herdeiros. Antes de tudo pode-se dizer que o rei Dom Sebastião rendia-se a sua obsessão. Na verdade, aios, confessores, educadores encarregados da educação do jovem rei Dom Sebastião são também responsáveis por desenvolver no soberano traços exagerados de sua personalidade e afetividade. Tudo isso contribui para com que o rei Dom Sebastião acredite ser o cavaleiro que tem como missão defender a fé cristã:

“Além do ensino de humanidades com o padre Câmara, aprendera também matemática com o doutor Pedro Nunes, obtendo a cultura geral própria da época. O jesuíta contribuiu ainda para o seu forte pendor religioso com o espírito de militância da Contra Reforma que se traduziu para o régio discípulo na busca de um ideal de tipo heróico, assente na força das armas como meio de impor a Cristandade. Foi esse o conceito do tempo, do rei cavaleiro e defensor da fé, “maravilha fatal da nossa idade”, na expressão de Camões. A apreciação do reinado não pode assim ignorar a força de uma educação que marcou poderosamente o jovem monarca e fez dele um símbolo que muita gente do tempo procurou seguir” (SERRÃO, 1979, p. 64).

O desenlace histórico do reinado do rei Dom Sebastião e do seu desaparecimento em 1578 na Batalha de Alcácer-Quibir levam Portugal a catástrofe nacional e 60 anos de dominação espanhola. A culpa dessas mazelas nacionais será toda atribuída aos educadores, que acentuaram os defeitos do jovem soberano em vez de os corrigir. Para muitos, as suas boas qualidades foram estragadas pela educação jesuítica, na ação do seu preceptor Luís Gonçalves da Câmara (1519-1575). Nessa perspectiva, pode-se compreender a importância fundamental que os governos liberais no século XIX, e depois os republicanos, no século XX, conferiram às políticas de educação. Isso, todavia é uma outra história.

CONCLUSÃO

Vimos que a imagem ideal dos governantes já era tema de preocupação na Idade Média e no início dos tempos modernos. Tem-se ouvido ao longo dos anos nas sociedades ocidentais, defesas de que ao bom cidadão cabe fazer escolhas políticas sustentadas não sobre princípios personalistas, até mesmo físicas, mas sobre o conteúdo programático de um partido político. Apesar desse discurso, os sociólogos da política e outros formadores de opinião tem revelado que pesam ainda na escolha do eleitorado as “virtudes” individuais de cada candidato. A codificação da imagem do governante ideal é assim uma constante na história da governança. Se o “Espelho de príncipes” é visto como uma literatura de propaganda da monarquia, sobretudo, nos momentos em que essa se via ameaçada por fatores externos e internos, esse tipo de retrato exaltação do monarca não se distingue talvez da propaganda política contemporânea em alguns pontos.

Os retratos dos reis de Portugal da casa de Avis pintados pelos cronistas quatrocentistas e quinhentistas deixam entrever modos virtuosos e temperados que convinham à pessoa do soberano. Todas essas apregoadas qualidades pessoais, físicas e morais do rei, tinham um inegável fundamento político na média em que o cuidado de si, ou para lembrar a metáfora que se destaca nos “Espelhos de príncipes” o cuidado com a “cabeça” do reino, resultava um bom governo da casa/corte, já que a “casa” era tomada como análoga à organização social. Com a metáfora

pai/senhor estabelecia-se no topo da hierarquia da organização familiar quanto no cume do corpo do reino, a pessoa do soberano.

No caso do rei Dom Sebastião, vimos que ele pode ter tido uma educação apropriada, ajustada ao que se julgava conveniente para o seu futuro, mas parece que as circunstâncias se opuseram a isso, como augúrio de uma certa fatalidade do destino. Confluíam nele aspectos contrapostos como uma tendência piedosa e ascética, insólita para sua idade. Havia também os seus anseios guerreiros que deixavam entrever atitudes pessoais pouco propensas a receptividade e a flexibilidades.

Abordar a questão da “imagem” metafórica dos dois Reis: Rei criatura e Rei criador assim como as “representações” que deles fazem o povo governado permite-nos chegar à seguinte conclusão: do “Espelho de príncipes” dedicados ao rei dom Sebastião, lidos por ele, escritos para ele e que se exprimem na educação recebida, tudo isso de uma forma ou de outra permitirá que o mito do seu desaparecimento e de sua volta provem de um processo de criação do imaginário, e no caso da história portuguesa e, por conseguinte, da história brasileira, tem como função “controlar a angústia” da realidade passada e presente. Essa realidade conjuntural, econômica, política, educacional leva ainda hoje os indivíduos a um processo de eufemismo que consiste em dizer que o rei Dom Sebastião vive na Encantaria brasileira, mas isso é uma outra História.

REFERÊNCIAS

CASTRO SOARES, Nair de Nazaré. **O Príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerônimo Osório**. Lisboa: volume XI de textos humanísticos portugueses, Instituto nacional de investigação científica, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão editora, 1988.

FIALHO, Maria do Céu, PEREZ JIMENEZ, Aurélio & FERREIRA, José Ribeiro. **O retrato e a biografia como estratégia de teorização política**. Málaga: Imprensa da universidade de Coimbra, 2004.

GAGLIARDI, Donatella. Un placer negado: la censura de las caballerías en el inédito Espejo de la princesa cristiana. **Historias Fingidas**, [S.l.]. Verona : Universidade de Verona, 2017.

GARNIER, François. **Le langage de l'image au Moyen Age**. Paris : Le Léopard d'or éditions, 1982.

GILLE-NIKODIMOV, Marie. **Le gouvernement mixte**. Saint-Etienne : Publications de l'université de Saint-Etienne, 2005.

MACHADO PIRES, António. **Dom Sebastião e o Encoberto**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

OSÓRIO, Jerónimo. **Da Instituição Real e sua Disciplina**. Tradução de A. Guimarães Pinto.

Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1944.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Historia de Portugal (1495-1580)**. Lisboa: Editorial Verbo. 3ª edição, 1979.

Sitografia

https://www.persee.fr/docAsPDF/ahess_0395-

[2649_1996_num_51_1_410836_t1_0154_0000_001.pdf](https://www.persee.fr/docAsPDF/ahess_0395-2649_1996_num_51_1_410836_t1_0154_0000_001.pdf)

<https://books.openedition.org/pur/19861?lang=it>

<http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/570/334>

<file:///C:/Users/Ish/Downloads/Dialnet-UmDiscursoSobreOPrincipe-2656433.pdf>

<file:///C:/Users/Ish/Downloads/medievales-1461.pdf>

<file:///C:/Users/Ish/Downloads/Antes de Exaltar Conter A Leitura do De Regimine P.pdf>